



PARECER Nº , DE 2021

De PLENÁRIO, sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, ao Projeto de Lei nº 2.110, de 2019 (PL nº 1559/2015), do Deputado William Woo, que *altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a fim de conceituar o termo “praça” para os fins que especifica.*

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário as Emendas de Plenário nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei (PL) nº 2.110, de 2019, do Deputado William Woo, que *altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, a fim de conceituar o termo “praça” para os fins que especifica.*

De acordo com a legislação, em situações específicas, a indústria deve observar um valor mínimo para a base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em outras palavras, ao dar saída a produtos da fábrica, o preço da operação, nesses casos, não pode ser inferior ao que se passou a conhecer como Valor Tributável Mínimo (VTM).

Nos termos do inciso I do art. 15 da Lei nº 4.502, de 1964, exige-se que a indústria observe pelo menos o preço corrente no mercado atacadista de sua praça ao promover a saída de produtos para estabelecimentos de mesma titularidade ou com ela interdependentes.



SF/21224.92441-78



O PL tem por objetivo aclarar essa regra ao inserir o art. 15-A na Lei nº 4.502, de 1964, para dispor que o termo “praça” deve ser compreendido como cidade onde está situado o estabelecimento da indústria remetente.

A matéria foi examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no dia 10 de dezembro de 2019, oportunidade em que foi aprovado o Parecer (SF) nº 94, de 2019, favorável ao projeto, cuja relatoria coube ao ilustre Senador Rodrigo Pacheco.

Após a inclusão na Ordem do Dia desta sessão deliberativa, foram apresentadas as Emenda nº 1-PLEN, do Senador Rogério Carvalho, e nº 2-PLEN, do Senador Paulo Rocha. Ambas intencionam ajustar a redação do projeto para que o termo “praça” seja compreendido como sendo o Município onde está situado o estabelecimento da indústria remetente.

II – ANÁLISE

Como bem destacado no Parecer da CAE, embora a norma constante do art. 15 da Lei nº 4.502, de 1964, seja importante para evitar a manipulação de preços tendente a lesar a arrecadação de IPI, o Fisco extrapolou os limites interpretativos para autuar contribuintes. O conceito de “praça” deve inexoravelmente remeter ao conceito de local em que situada a indústria. Não pode a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) extrapolar esse limite geográfico para aferir preços em regiões diversas. Essa conduta esbarra no comando legal do art. 15, inciso I, da Lei nº 4.502, de 1964, e gera litigiosidade, como se observa dos precedentes proferidos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) sobre a matéria.



SF/21224.92441-78



Para conferir segurança jurídica, é necessário aprovar a proposição, a fim de deixar expresso na norma o conceito de praça, de sorte a não permitir interpretações alargadas, que, no fundo, são contra o texto expresso da lei.

A proposição vincula o termo “praça” ao de cidade onde localizado o estabelecimento industrial remetente. Entretanto, na forma das Emendas nºs 1 e 2-PLN, é mais adequado conceituar o vocábulo, para fins jurídicos, como município. Isso porque este é o menor ente federativo em nosso espectro constitucional, que pode englobar, por exemplo, a cidade, os pequenos povoados e a zona rural.

Com essa base territorial mais bem definida, diminuem-se os riscos de situações absurdas que escapariam da previsão legal, caso de um estabelecimento atacadista situado fora da cidade em que localizada a indústria, mas dentro do mesmo município desta.

É correto, portanto, o entendimento do Senador Rogério Carvalho ao considerar o município a base geográfica mais bem delimitada do ponto de vista constitucional e tributário. Em igual linha, é adequada a percepção do Senador Paulo Rocha ao antever que o vocábulo “cidade” poderá levar a nova interpretação dúbia da norma, ao passo que a previsão do município como referência, por englobar zonas não necessariamente coincidentes com a cidade, afasta novos desdobramentos indevidos da previsão legal. De fato, o termo “município” é tecnicamente mais correto e mais comumente utilizado para definições jurídicas como a que se pretende com o projeto.



SF/21224.92441-78



Trata-se, portanto, de Emendas que visam a aperfeiçoar o texto, conferindo melhor técnica legislativa e maior clareza à proposição, ao mesmo tempo em que valorizam a intenção original do PL, que é a de evitar interpretações contrárias ao texto da lei. Identifica-se, desse modo, que o acolhimento do ajuste de redação proposto pelas Emendas nºs 1 e 2-PLN promove melhor regulação da matéria, razão pela qual essas proposições merecem aprovação desta Casa.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.110, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, acolhidas as Emendas nºs 1 e 2-PLN, de redação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/21224.92441-78